

SINTOMATOLOGIA DEPRESSIVA NO CONTEXTO PRISIONAL FEMININO: UMA ANÁLISE COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

Maria Renata Florencio de Azevedo. Discente de Psicologia das Faculdades Integradas de Patos. E-mail: Renata-azevedo@hotmail.com.br

Kaline Mayane Alves de Lira. Discente de Psicologia das Faculdades Integradas de Patos.

Regina Lígia Wanderley de Azevedo. Professora do curso de Psicologia da Faculdade Maurício de Nassau/JP; Professora Adjunta I da UFCG Campus Campina Grande. E-mail: regina.azevedo@gmail.com

Introdução: Os transtornos de humor caracterizam-se principalmente por alterações patológicas do humor, cognitivas e psicomotoras. Dentre os quadros clínicos mais comuns se encontra o transtorno depressivo, que apresenta prevalência significativa no mundo, entre os transtornos psíquicos. O mesmo é caracterizado por sentimento de tristeza ou vazio, diminuição de prazer pela vida, alterações no peso, no sono e psicomotora, fadiga ou perda de energia, sentimento de desvalia, ou culpa excessiva e diminuição da concentração (DSM IV, 2002).

Ressalta-se ainda, tomando como base o aporte teórico cognitivo-comportamental, que sua persistência pode resultar em uma acentuada deteriorização da capacidade individual do sujeito depressivo com o autocuidado e com responsabilidades diárias nos mais variados níveis (Neto, Yacubian, Scalco, Gonçalves, 2001.). Neste sentido, a literatura aponta às proporções e os impactos negativos da depressão na qualidade de vida da população geral. No entanto, quando se remete a populações específicas, há pesquisas que apontam que a população carcerária possui maior prevalência de transtornos mentais e comorbidades em relação à população em geral, e que estes indivíduos estão em risco de comportamentos suicidas, o que pode

ser entendido como um problema de saúde mental pública (Gunter, Arndt, Wenman, Allen, Loveless et al, 2008). Esses estudos ainda apontam que a mulher encarcerada tem maiores taxas de transtornos de internalização (transtornos de humor e de ansiedade), em relação aos homens.

Neste sentido, o estudo de Ormeño e Willians (2011) referente ao encarceramento feminino apontou a existência de uma constelação de fatores de implicância negativa oriundas da vivência no cárcere, destacando-se a insônia, a ansiedade, a irritabilidade, a depressão e sintomas somáticos. Outros aspectos recorrentes elencados no estudo foram a superlotação, o uso e abuso de poder, e a expectativas para a obtenção do benefício requerido.

Assim, vale salientar que a prisão é um espaço de múltiplas segregações, e penalizações, e que o aprisionamento em si provoca sérios abalos na estrutura familiar do encarcerado (Stella, 2009). Por conseguinte o gênero feminino tende a sofrer mais, tendo em vista que o distanciamento dos familiares, a ausência dos filhos, ocasionada pela prisão é sentida mais intensamente devido à aproximação decorrente da sua natureza fisiológica materna (Makki & Santos, 2010). Para uma melhor compreensão da depressão nessa população, faz-se necessário a escolha de um norte teórico, sobretudo para pensar num planejamento interventivo nesse âmbito presidiário. Assim, faz-se mister compreender como se dá a depressão tendo utilizado como base a teoria da Psicologia cognitivo-comportamental.

Sabe-se que a Psicologia Cognitivo-comportamental baseia-se na premissa do modelo cognitivo de que o processamento cognitivo (pensamento) sobre um dado acontecimento (externo ou interno) influencia diretamente os afetos e comportamentos. Assim, para Beck, o modo como a pessoa interpreta a situação vai depender dos esquemas que ela estruturou durante o seu desenvolvimento. Assim para que o planejamento e a aplicação de estratégias específicas sejam realizadas, é necessário uma avaliação minuciosa da problemática do cliente, através de uma entrevista cuidadosa e sistemática, para desenvolver uma hipótese de trabalho que permita definir estratégias adequadas para o problema. No tocante, considerando transtornos como a

depressão, deve-se levar conta peculiaridades considerando as suas respectivas características e perfil de tratamento (Knapp e Beck, 2008).

O presente estudo trata de uma pesquisa descritiva sobre sintomas de depressão em mulheres presidiárias. Teve como objetivo principal investigar a sintomatologia depressiva em mulheres encarceradas, a luz da teoria cognitivo-comportamental. Estudar essas sintomatologias em presidiárias torna-se importante, uma vez que a literatura pontua que a prisão subjugua a detenta ao comando de uma estrutura autoritária e de uma rígida rotina de controle sobre os indivíduos de forma ininterrupta. Por conseguinte, tais fatores, aliados à privação da liberdade, Limitação do convívio social, mudança de ambiente e tensão, poderiam estar favorecendo a incidência da depressão nesta população.

Metodo: Trata-se de um estudo de campo, do tipo descritivo de cunho quantitativo, fundamentado no aporte teórico cognitivo-comportamental). O modelo cognitivo-comportamental proposto por Beck (1967), afirma que a depressão resulta de hábitos de pensamentos extremamente arraigados, ou seja, observou que o humor e os comportamentos negativos eram usualmente resultados de pensamentos e crenças distorcidas

O estudo foi realizado em um presídio estadual feminino, localizado numa cidade do sertão do Estado da Paraíba. A amostra foi constituída por 60 (sessenta) mulheres reclusas com idade entre 18 e 46 anos, tendo como média 31 anos. O critério foi de acordo com uma amostragem não probabilística por conveniencia. Foram utilizados como instrumentos para a coleta de dados um questionário com dados sociodemográficos que teve por finalidade caracterizar as participantes através de informações como: idade, grau de escolaridade, renda familiar, situação conjugal, número de filhos. Por conseguinte foi aplicado Inventário de Depressão de Beck (BDI), ambos com a amostra total (60 mulheres). O BDI é um instrumento estruturado, comperto de 21 categorias de sintomas e atitudes, que descrevem manifestações cognitivas, afetivas, comportamentais e somáticas da depressão. A análise dos dados coletados através do questionário e do BDI aconteceu por meio da construção do banco de dados no *Statistical Package for Social Science* versão 18.0" (SPSS 18.0).

Resultados e discussões: Em relação aos dados sociodemográficos foi identificado que a faixa etária entre 25 a 38 anos emergiu com maior frequência (26) ilustrando 43,4% da amostra total. Os resultados apontaram que 48,3% das mulheres se declararam solteiras, 33,3 % não tinham nenhum grau de escolaridade, 50% disseram ter o ensino fundamental completo. A religião mais frequente foi a religião católica com 53,3%, 40% disseram que eram domésticas e 60% estão presas num período de tempo de 1 a 22 meses. Os dados ora apresentados corroboram com vários estudos da área, como é o caso do estudo realizado por Tavares, Scheffer e Almeida (2012) acerca dos aspectos emocionais em apenados, os quais apresentaram dados semelhantes.

No que se refere à sintomatologia depressiva, foi identificado níveis de moderados a severo nas apenadas avaliadas que participaram do estudo, totalizando 39%. Importante enfatizar que 25% delas não apresentam sintomas e, 36% sintomas mínimos na avaliação do inventário de Beck. Em relação a essa constatação, a literatura demonstra que a depressão, segundo Justo e Calil (2006), pode ser desencadeada a partir da influência do meio e dos aspectos sociais. Como é o caso das mulheres reclusas no sistema prisional.

Importante enfatizar ainda que estes dados podem ter bases etiológicas ligadas ao ambiente carcerário, mas esse poderia servir apenas como vetor desencadeante para a ativação dos transtornos ou sintomas em indivíduos com predisposição biológica e que são mantidas de acordo com os pensamentos distorcidos dos indivíduos. Como sugestão, fica a necessidade de serem desenvolvidos trabalhos similares de identificação desses quadros sintomáticos em demais ambientes carcerários brasileiros.

Conclusão: A presente pesquisa permitiu concluir, que a população carcerária estudada apresentou índices moderados de depressão. O que seria esperado como quadro em pessoas reclusas. No entanto, verificou-se que, no ambiente investigado, é necessária a presença de um profissional de saúde para prevenção e tratamento de quadros depressivos no ambiente, buscando a promoção da saúde mental.

Referencias

BECK, A., ALFORD, B. A. Depressão: Causas e tratamento. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011.

DSM-IV-TR – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (Trad. Cláudia Dornelles; 4 e.d. rev. – Porto Alegre: Artmed, 2002.

GUNTER DT, ARNDT S, WENMAN G, ALLEN J, LOVELESS P, SIELENI B, et al. Frequency of mental and addictive disorders among 320 men and women entering the Iowa prison system: use of the MINI-Plus. J Am Acad Psychiatry Law; 36:27-34, 2008.

JUSTO, L. P. & CALIL, H. M. Depressão: o mesmo acometimento para homens e mulheres?. Revista psiquiatria indivíduo , 33 (2), 74-79, 2006.

KNANPP, P.; BECK, A. Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. Revista Brasileira de Psiquiatria; 30 (supl II): S54-64, 2008.

MAKKI, S. H. & SANTOS, M. L. dos. Um olhar sobre a mulher encarcerada no Brasil. Revista Âmbito Jurídico, 2010.

NETO, F. L. YACUBIAN, J., SCALCO, A. Z., L GONÇALES. Terapia comportamental cognitiva dos transtornos afetivos. In: RANGÉ, B. Psicoterapias cognitivo-comportamentais: Um diálogo com a psiquiatria. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001

ORMEÑO, G. I.R., WILLIAMS, L. C. A. situações traumáticas enfrentadas por filhos de mulheres encarceradas. Anais do Encontro da Sociedade Brasileira de Psicologia. Belém, Pará.

PESTANA, M. H., GAGEIRO, J. N. Análise de dados para ciências sociais – a complementaridade do SPSS. 4 ed. Lisboa : Edições Lisboa, 2005.

STELLA, C. Filhos de mulheres presas: o papel materno na socialização dos indivíduos. Rio de Janeiro, 2009.

